

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.844 - MS (2019/0299882-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : SEBASTIÃO ALBERTO
ADVOGADO : MAYCON LUIZ PEREIRA - MS018918
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por SEBASTIÃO ALBERTO contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC n. 1410968-36.2019.8.12.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, no dia 21/8/2019, custódia essa convertida em preventiva, como supostamente incurso no crime do art. 155, § 6º, do Código Penal, tendo em vista a subtração de animais bovinos de uma propriedade rural. Depreende-se do decreto prisional que (e-STJ fl. 83):

[...] o conduzido confessou ter subtraído 15 bovinos de propriedade de VAMIL, 04 bovinos de propriedade de Whashington e 30 da pessoa de JOANES, o conduzido disse que vendeu o gado furtado para as pessoas [...] o depoente tem conhecimento de que o conduzido é autor de outro furto de gado, onde foram subtraídos mais de 100 bovinos, fato ocorrido recentemente na estrada do Cascalho da Marli, sendo que na ocasião da abordagem policial, o conduzido também teria fugido dos policiais não sendo possível efetuar a prisão. [...] E ainda, a soltura abrupta de suspeito de envolvimento nos crimes apurados, gera uma sensação de impunidade, ainda mais em se tratar de cidade interiorana de pouca população, sendo o bem tutelado (animais bovinos) o produto preponderante da economia do município (pecuária).

Contra a constrição cautelar insurgiu-se a defesa. Entretanto, o Tribunal de origem denegou a ordem de *habeas corpus* nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 97):

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - PRISÃO PREVENTIVA - DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - ORDEM DENEGADA.

I - Mantém-se a segregação cautelar do paciente, quando o decreto prisional está satisfatoriamente fundamentado na garantia da ordem pública, tendo em vista o *modus operandi* do delito e a gravidade concreta da ação delituosa, as quais evidenciam a periculosidade do

Superior Tribunal de Justiça

agente.

II - Condições pessoais favoráveis não impedem o decreto de prisão preventiva, quando presentes os requisitos autorizadores da mesma.

III – Com o parecer, ordem denegada.

Irresignada, a defesa interpõe o presente recurso, alegando que o decreto prisional não foi devidamente fundamentado, pois não demonstrou concretamente os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente com relação aos indícios suficientes de autoria delitiva. Aduz que, ao contrário do que consignaram as instâncias ordinárias, o recorrente não confessou a prática do delito e nem sabe o que assinou na Delegacia de Polícia, pois não sabe ler e nem escrever, além de estar desacompanhado de advogado por ocasião da suposta confissão extrajudicial. Argumenta que elementos informativos da fase investigatória não podem ser utilizados para respaldar a constrição cautelar, pois não foram submetidos ao contraditório.

Destaca as condições pessoais favoráveis do recorrente, como a primariedade, os bons antecedentes, o exercício de trabalho lícito e a residência fixa. Preconiza a suficiência das medidas cautelares alternativas. Invoca o princípio da presunção de inocência.

Argui violação ao princípio da homogeneidade, visto que a prisão preventiva se revela mais severa do que eventual pena aplicada ao final do processo.

Sustenta constrangimento ilegal, ainda, relatando que o recorrente, desde a data de sua prisão, é impedido de receber visitas de seus familiares.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a aplicação das medidas do art. 319 do Código de Processo Penal.

Contrarrazões às e-STJ fls. 208/229.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. A questão atinente à proibição de visitas ao recorrente, ao que parece, não foi decidida no acórdão ora

Superior Tribunal de Justiça

impugnado, de forma que esta Corte está impedida de examinar o tema, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – e o envio de cópia de outras decisões referentes à prisão cautelar do recorrente – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator